



**Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ**  
**Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – FACC**  
**Departamento de Contabilidade**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS – FACC  
MONOGRAFIA

DANIELLE DIAS MACHADO  
DRE: 114008354

Ética Profissional – Os desafios do contador

Rio de Janeiro  
2018

DANIELLE DIAS MACHADO  
DRE: 114008354

Ética Profissional – Os desafios do contador

Trabalho apresentado ao  
Departamento de Contabilidade, da  
Universidade Federal do Rio de  
Janeiro, para obtenção do grau de  
bacharel em ciências contábeis.

Orientador: Prof. Ms. Luiz Antônio  
Ochsendorf Leal

Rio de Janeiro  
2018

## RESUMO

O estudo busca demonstrar a evolução da contabilidade como ciência social, atrelada ao desenvolvimento das sociedades, até os diversos modelos atuais. Observou-se o conceito de ética e moral desde surgimento das primeiras Cidades-estados, na antiga Grécia. Bem como a evolução do pensamento ético para as profissões, em especial para o profissional contábil. Salienta-se a importância da aplicação ética, no exercício das atividades do contabilista, com reflexos para toda classe contábil. Em muitos momentos fica explícito o DRE: 114008354s princípios norteadores, aos quais os profissionais contábeis devem perseguir, ao longo da sua jornada profissional. Em complementação, temos as bases justificadoras para que os princípios éticos profissionais sejam incorporados também ao comportamento e atitudes pessoais. Neste ponto, observa-se que por mais categórico que possa ser o código de ética do contabilista, de nada adianta seus ensinamentos se não estiverem alinhados aos princípios individuais de cada profissional. Ressalte-se que um código de ética não alcança sucesso, sem que seus princípios não estejam incorporados ao caráter de seus membros. O código de ética do profissional contabilista deve ser um norte para os dilemas enfrentados pelos profissionais, atrelado ao uso do julgamento profissional, no desempenho de suas atividades.

Palavras chaves: Ética. Moral. Contabilista.

## **ABSTRACT**

The study seeks to demonstrate the evolution of accounting as a social science, linked to the development of societies, to the various current models. The concept of ethics and morality was observed since the birth of the first Cities-states in ancient Greece. As well as the evolution of ethical thinking for the professions, especially for the accounting professional. It is important to note the importance of ethical application in the activities of the accountant, with repercussions for all accounting classes. In many moments, the guiding principles that accounting professionals must pursue during their professional journey is explicit. In addition, we have the justificatory bases for professional ethical principles to be incorporated into personal behavior and attitudes as well. At this point, it can be observed that, as categorical as the accountant's code of ethics may be, there is no point in its teaching if it is not aligned with the individual principles of each professional. It should be emphasized that a code of ethics does not achieve success without its principles not being incorporated into the character of its members. The code of ethics of the professional accountant should be a north to the dilemmas faced by professionals, linked to the use of professional judgment, in the performance of their activities.

Keywords: Ethics. Moral. Accountant.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2. REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>6</b>
2.1. DEFINIÇÃO DE ÉTICA E MORAL APLICADA AO PROFISSIONAL CONTÁBIL .....	15
2.2. DESENVOLVIMENTO DA CONTABILIDADE E SEU PAPEL SOCIAL.....	19
2.3. CONCEITO DE ÉTICA PROFISSIONAL .....	24
2.4. CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL CONTÁBIL .....	31
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>35</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>37</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Os filósofos Platão, Sócrates e Aristóteles foram os pioneiros no desenvolvimento do pensamento ético, associando-o com a moral e cidadania. A evolução das cidades e da forma de negociação, entre os povos, favoreceram para evolução da contabilidade, e consequentemente, para desenvolvimento da ética aplicada ao profissional contábil.

A disseminação da ética como critério a ser perseguido pelos cidadãos e profissionais se tornou cada vez mais presente nas organizações e na sociedade. O conceito defendido por Platão se relaciona aos princípios do ser social, da ética como mecanismo indispensável para o exercício da cidadania. Com a evolução social, econômica e geográfica o conceito de ética foi sendo desenvolvido para as questões profissionais, tendo as classes profissionais, a responsabilidade por regularizar e fiscalizar seus profissionais, com base em um código de ética alinhado às particularidades de cada profissão.

Com o contabilista não foi diferente, a globalização da economia e o papel social da profissão contribuíram e muito para a implementação de um código de ética do profissional contábil. No Brasil a responsabilidade por propagar os ensinamentos éticos é do Conselho Federal de Contabilidade por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade, com poder de lei. Auxiliado pelos Conselhos regionais e centros de ensino. Cabe destacar, que a ética profissional é uma disciplina base na grade dos cursos de ciências contábeis.

O presente trabalho busca apresentar de forma resumida a evolução da contabilidade e sua importância para a sociedade globalizada, bem como demonstrar que os princípios éticos, defendidos pelos profissionais contábeis, são fundamentais para criar mecanismos de confiança e respeito para toda classe contábil.

Está expresso na NBC PG 100, em seu parágrafo primeiro, a responsabilidade do contabilista é com o interesse social. E é, desenvolvendo atividades embasadas em uma conduta ética que conseguimos melhorar a percepção da classe e dos indivíduos que estão por trás da profissão contábil, nós, seres humanos, seres falhos.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

Segundo Aranha e Martins (1998, p.117), Ética e Moral têm significados diferentes. A Ética pode ser considerada “parte da filosofia, que se preocupa com a reflexão sobre as noções e princípios que fundamentam a vida moral. Enquanto que a Moral corresponde a um conjunto de regras de conduta assumidas pelos indivíduos, de um grupo social, com a finalidade de organizar as relações interpessoais, segundo os valores do bem e do mal”.

O significado da palavra Ética vem do grego *ethos*, referindo-se ao modo de agir e caráter do indivíduo. Tal conceito se desenvolveu na Antiga Grécia, por volta do século IV a.C. Os pensadores gregos, Sócrates, Aristóteles e Platão, foram os primeiros a desenvolverem o conceito de ética, associando-o com a moral e cidadania. O conceito de ética encontrou campo fértil na Antiga Grécia e em seus filósofos, pois o período histórico convergia para o desenvolvimento político-social-econômico das cidades-estados.

Para os filósofos, da época, a ética configurava a forma como o ser humano se relacionava consigo e o meio social, assim os filósofos acreditavam que a conduta do indivíduo deveria ser em equilíbrio. Estimulavam a virtude e os laços morais nos relacionamentos. Cada filósofo tinha uma definição própria da ética, contudo todos convergiam para uma definição ampla da relação do indivíduo com a sociedade.

Segundo Vázquez (1997, 231):

Resumindo, para Sócrates, bondade, conhecimento e felicidade se entrelaçam estreitamente. O homem age retamente quando conhece o bem e, conhecendo-o, não pode deixar de praticá-lo; por outro lado, aspirando ao bem, sente-se dono de si mesmo e, por conseguinte, é feliz.

Para Ghiraldelli (2003, p.74) o conceito de moral é definido pela palavra *mores*, que é de origem latina e se refere aos costumes do indivíduo. O conceito de moral pode ser resumido como algo que sempre existiu no meio social e o homem tem percepção de sua consciência Moral e sabe distinguir o certo do errado.

Ao longo da história a ética foi se desenvolvendo entre as culturas e épocas. Encontramos relatos de pensadores Romanos no século I a.C., na Idade Média (ética Cristã), na Idade Moderna e da ética em outras ciências. Percebemos assim, que o desenvolvimento e amadurecimento do pensamento ético foi proporcionado pelo desenvolvimento da sociedade, bem como, necessidade de toda sociedade por alcançar felicidade e sabedoria, levando em consideração o equilíbrio e a razão.

Os conceitos de moral e ética quase sempre são estudados como sinônimos, contudo cabe destacar que a ética está relacionada aos costumes, temperamento e caráter individual,

enquanto que a moral tem a ver com os costumes, regras e convenções estabelecidos em determinada sociedade.

Apresentamos o conceito de ética para alguns autores:

Há autores que tratam dos dois conceitos como sinônimos, como é o caso de Chauí (1994, p.340), o qual considera que ética e moral se referem a um conjunto de costumes tradicionais de uma sociedade e que, como tais, são considerados valores e obrigações para a conduta de seus membros.

Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira ética é “ O estudo dos juízos de apreciação que se referem a conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativa à determinada sociedade, seja de modo absoluto. ” (FERREIRA, 1977).

Lopes de Sá explana que:

A ética é um estado de espírito quase hereditário e vem da formação e do meio social no qual a criança teve a sua personalidade moldada, burilada para ingressar no convívio da sociedade, que é o que popularmente se denomina de berço; a moral é adquirida por meio da educação formal e da experiência de vida.

Antônio Carlos Ribeiro da Silva e Outros, em seu livro, citam Nalini (2001), o qual acredita que ética é a ciência do comportamento moral para homens em sociedade. Nalini oferece à ética o *status* de ciência, tendo em vista que ela, a ética, possui objeto de estudo e leis próprias, sendo a moral seu objeto de estudo. Ao conjugarmos os conceitos de ética e moral percebemos que a ética é o ramo da Filosofia que tem por objeto a Moral, que é um dos aspectos do comportamento humano.

Da Silva e Outros, definiu ética “Como conjunto de normas adquiridas pelo hábito reiterado pela prática. O complexo de normas éticas se alicerça em valores, normalmente, designados valores do bem. As normas são regras de condutas”.

Para Closet (1986) a ética deve ser observada como a forma que o indivíduo tem de facilitar suas realizações, ou seja, a forma que o ser humano tem de se realizar como pessoa. A ética se ocupa na forma como o indivíduo pretende alcançar a perfeição.

Da Silva e Outros, cita PEIXE (2000, p. 96) ao definir o ABC da antiética e de valores morais:

- a) AMOR – varia conforme o pacto que se estabelece em toda relação.
- b) BELEZA EXTERIOR – valorizar as aparências como forma de beleza.

- c) CASA & FAMÍLIA – não respeitar, individualmente, as diferenças: pai ou mãe que, para compensar as frustrações do que não realizou, impõe ao filho a carreira que este não desejou.
- d) CULTURA – usar o nome feito para autopromover-se, mediante lobby, pressão de grupo e até suborno.
- e) DIREITO – fazer acordo contra o cliente. Falsear, inventar dados e provas.
- f) ENSINO – arvorar-se de dono da verdade; falar do alto em vez de aprender junto; não preparar para a vida.
- g) FÉ – utilizar a religião como meio de vida para se manter, economicamente, explorando os humildes, desprovidos do saber, ou seja, pouco instruídos.
- h) FIDELIDADE – não ser fiel aos seus princípios, não ser leal com a família, amigos, empregados, colegas e com seu país.
- i) GRANDEZA – não saber conviver com a vitória, com a glória, para ter humildade para aprender a aprender.
- j) HONESTO – não ser sincero, franco, enganar.
- k) IDEALISTA – o falso idealista, que defende princípios enquanto demonstra outra faceta na ação.
- l) INTEGRIDADE – não ter inteireza moral, retidão, honestidade, imparcialidade, ou seja, agir segundo suas convicções em prol de si mesmo.
- m) JUSTO – não ser justo e não admitir seus erros.
- n) JORNALISMO – incentivar preconceitos, prejudicar, perder de vista o bem comum, preocupar-se pouco ou nada com os mais fracos, desprezar valores de sua gente.
- o) LEI – desobedecer e tentar burlar as leis, como regra natural de comportamento individual na sociedade.
- p) MEDICINA – tratar o paciente não como ser humano, mas como objeto de estudo.
- q) NEGÓCIO – agredir a natureza na busca de lucro em curto prazo, sem planejamento e desenvolvimento autossustentado, visando às gerações futuras.
- r) OUVIR – não saber ouvir sem fazer prejulgamento.
- s) POLÍCIA – julgar e dar julgamento diferente aos cidadãos, conforme a classe social, cor, profissão e etnia.

- t) PROPAGANDA – usar a mulher como objeto e a criança para vender, criando falsas necessidades.
- u) QUALIDADE – oferecer produtos que não possuem a qualidade divulgada.
- v) RESPEITO – não respeitar o próximo na sua individualidade.
- w) SINAL – desrespeitar os sinais de trânsito.
- x) TRABALHO – encará-lo como emprego e não como trabalho para manter a perenidade do negócio, ou seja, não se esmerar.
- y) URBANO – degradar áreas pela má utilização do solo.

Como observado, percebe-se que a ética tem o ser humano como o centro de atenção, sendo o mesmo moldado de virtudes e vícios, sendo capaz de agir em conformidade com as suas necessidades. O comportamento do indivíduo tende a ser delimitado de acordo com a época e sociedade ao qual está inserido.

Desde os primórdios da humanidade, o homem sentia necessidade de registrar e controlar seus bens. Encontramos registros de tais controles nas civilizações antigas da China, Grécia, Roma etc. Assim percebe-se que a contabilidade como forma de controle se desenvolveu em conjunto com o processo das civilizações. Mas foi em 1494, com o Frei Luca Pacioli, que nos deparamos com a contabilidade nos moldes que conhecemos hoje, em especial ao método da partida dobrada.

Segundo Hendriksen (1999, p. 33), o livro de Pacioli, intitulado *Summa de arithmetica, geométrica, proportioni et proportionalitá (...)*, era principalmente um tratado de matemática, porém incluía uma seção sobre a escrituração por partidas dobradas, denominado *Particularis de Computis e Scripturis*. Até hoje é admirável perceber que poucas coisas mudaram na ciência da contabilidade, desde a publicação da *Summa*.

Hendriksen, destaca as principais mudanças implementadas ao método, desenvolvido nas cidades Italianas, e que ganhou o mundo.

- Até o período do século XVI, o principal objetivo da contabilidade era produzir informações para o proprietário. Com as contas mantidas em sigilo e não havia pressão externa, como hoje, pela correta e exata aplicação dos métodos de registros.
- Em consequência do sigilo das informações, não era realizada a separação entre o patrimônio do negocio e do proprietário. Encontram-se exceções, em que determinado comerciante possuía um conjunto de contas para sua casa e outro

para seu negocio. Contudo o principio da entidade não era completamente desenvolvido como nos dias atuais.

- Os conceitos de exercício contábil e continuidade inexistiam. Muitos empreendimentos eram de curta duração, ou continuavam apenas após a realização de algum objetivo empresarial específico. Logo o lucro só era calculado quando o empreendimento era finalizado, com a falta do lucro periódico, não havia a necessidade de auferir receitas e despesas para os períodos. Não havia calculo de depreciação, pois os ativos imobilizados representavam um valor muito baixo. A falta da verificação periódica do lucro se justifica pelo fato dos proprietários estarem em contato direto com os negócios.
- Chegamos a um mais um detalhe presente à época, a ausência de uma unidade monetária estável para reconhecimento das transações. Pela enorme quantidade de unidades monetárias, na Idade Média, as partidas dobradas eram possíveis, mas muito complicadas. Desta forma os lançamentos no Diário eram excessivamente detalhados com informações sobre peso, quantidade, características, dimensões e preço.

É importante destacar que ao longo da historia da humanidade encontramos relatos da necessidade de mensuração e controle em diversas civilizações. Segundo Hendriksen: (...) à medida que o comércio se desenvolvia para outros continentes, se torna inevitável a expansão da riqueza e com ela o desenvolvimento de sociedades comerciais. O Capitalismo surge como combustível fundamental para a evolução e propagação das técnicas de Luca Pacioli.

É no período das Grandes Navegações e expansão do Capitalismo que surge o conceito de responsabilidade limitada, pois o investidor só era responsável pelo tanto que havia investido. Surgindo a sociedade por ações, até se tornar o que conhecemos hoje.

E assim, a contabilidade foi se desenvolvendo, em conformidade com as novas necessidades de registro, controle, evidenciação para alcançar objetivo e tomada decisão.

Da Silva e outros (2003), preceitua que o “profissional contábil, diante de tantos problemas que se apresentam no cotidiano, precisa de muita perseverança, tenacidade e honradez para não cometer erros que venham a denegrir a imagem de toda uma categoria”.

Os mesmos autores citam Handel (1994, p.20), o qual acredita que a discussão ética profissional deve ser desenvolvida por todas as categorias profissionais e, não poderia se diferente aos contabilistas. Nessa discussão, devem ser abordadas as regras de comportamento

do contabilista, no exercício de suas atividades profissionais. Para Handel, o profissional deve ser conhecedor dos aspectos técnicos, das prerrogativas e das regras de conduta moral da profissão.

Silva e Speroni (1998, p. 78) vão além e afirmam que: “a ética profissional tem como premissa maior o relacionamento do profissional com seus clientes e com outros profissionais, levando em conta valores como a dignidade humana, autorrealização e sociabilidade”.

Para Vânia Silva de Carvalho (2014): “O individualismo ocasiona o risco da transgressão ética, tornando imprescindível uma tutela sobre o trabalho, através de normas éticas.” A referida autora acredita que a ética seja uma junção de caráter normativo e jurídico que regulamenta as várias profissões, tendo por base estatutos e códigos específicos. Para evitar atitudes egoístas, por parte dos indivíduos, as regras devem ser respeitadas, pois devem ser alicerçadas em princípios e virtudes para os interesses da classe e da sociedade como um todo.

E no que se refere à percepção e confiança do profissional, Jacomino (2000, p. 28) afirma que: “a atitude dos profissionais em relação às questões éticas pode ser a diferença entre o seu sucesso e o seu fracasso”. Basta um deslize para que a imagem do profissional fique manchada pela desconfiança.

Carvalho (2014), em seu trabalho, menciona artigo publicado pela revista Exame, com o consultor Clauss Möller, o qual faz uma associação entre as virtudes lealdade, responsabilidade e iniciativa, fundamentais para a formação de recursos humanos. Segundo ele o futuro de uma carreira depende dessas virtudes:

O senso de responsabilidade é o elemento fundamental da empregabilidade. (...) Uma pessoa que se sinta responsável pelos resultados da equipe terá maior probabilidade de agir de maneira mais favorável aos interesses da equipe e de seus clientes, dentro e fora da organização (...). Lealdade não quer dizer necessariamente fazer o que a pessoa ou organização à qual você quer ser fiel quer que você faça. Lealdade não é sinônimo de obediência cega. Lealdade significa fazer críticas construtivas, mas as manter dentro do âmbito da organização. Significa agir com a convicção de que seu comportamento vai promover os legítimos interesses da organização. Assim, ser leal às vezes pode significar a recusa em fazer algo que você acha que poderá prejudicar a organização, a equipe de funcionários. (...) Tomar a iniciativa de fazer algo no interesse da organização significa ao mesmo tempo, demonstrar lealdade pela organização. Em um contexto de empregabilidade, tomar iniciativas não quer dizer apenas iniciar um projeto no interesse da organização ou

da equipe, mas também assumir responsabilidade por sua complementação e implementação. (Clauss Möller, 1996, p. 103-104).

Dorothea Alves Ferreira (2013), em seu trabalho afirma que “Um ambiente de trabalho norteado pela ética faz com que os colaboradores tenham uma relação adequada e o bom convívio profissional proporciona para a empresa inúmeras vantagens dentre elas: ambiente saudável em face da harmonia e respeito, colaboradores satisfeitos geram aumento na produtividade e confiabilidade entre os colaboradores”.

Da Silva e outros (2003), aborda a responsabilização do profissional, o qual deve estar a serviço do social, quando executando suas atividades profissionais. Temos aqui um processo de atribuição de valores às ações, tendo a ética ligação direta com os valores emanados pela cultura organizacional.

Chiavenato (2008) define cultura por:

...Conjunto de hábitos e crenças, estabelecidos por normas, valores, atitudes e expectativas, compartilhados por todos os membros da organização. [...] Constitui o modo institucionalizado de pensar e agir que existe em uma organização sendo expressa em sua maneira de fazer negócios, tratar seus clientes e funcionários, o grau de autonomia ou liberdade que há em suas unidades ou escritórios e o grau de lealdade expresso por seus funcionários a respeito da organização.

As culturas desempenham um papel importantíssimo, como afirma Robbins (2004), para transmitir sua identidade, favorecer para estabilidade do sistema social, a cultura de uma empresa é a liga que mantém todos os indivíduos unidos em prol de um único objetivo: o sucesso da empresa.

É essa massa que liga os indivíduos dentro de uma organização, que deve ser mantida e valorizada pela alta direção e transmitida aos seus subordinados, segundo Robbins: Depois de uma cultura ser estabelecida, existe práticas dentro da organização que visam a mantê-la, a fim de oferecer aos funcionários um conjunto de experiências similares. [...] o processo de seleção, os critérios de avaliação de desempenho, o sistema de recompensas, as atividades de treinamento e desenvolvimento de carreira e os procedimentos de promoção buscam assegurar que os contratados se ajustem à cultura, premiam aqueles que adotam e penalizam (ou até expulsam) os que a desafiam. Três forças cumprem um papel particularmente importante na manutenção da cultura: as práticas de seleção, as ações dos dirigentes e os métodos de socialização. (2004, p.244).

O código de ética do contabilista busca orientar e conduzir a postura de seus profissionais no que tange ao comportamento social e profissional, objetivando o cumprimento das obrigações com diligência e lealdade e respeito. Atualmente, a profissão é regida pela NBC PG 100, 200 e 300, onde:

- ✓ NBC PG 100 – Aplicações Gerais aos Profissionais da Contabilidade
- ✓ NBC PG 200 – Contadores que Prestam Serviços (Contadores Externos)
- ✓ NBC PG 300 – Contadores Empregados (Contadores Internos)

Para Lisboa (1997), o código de ética do profissional contador, contém os princípios éticos que são aplicados a toda profissão. Acreditando que tais princípios se referem a:

- a. Responsabilidade, para com a entidade, de trabalhar com zelo e qualidade, adotando critério livre e imparcial;
- b. Lealdade, ao contratante do serviço, para guardar-lhe sigilo profissional e recusando trabalhos que contrariem a moral;
- c. Responsabilidade, para com as obrigações da profissão tais como registro no órgão de classe, educação continuada etc;
- d. Preservação da imagem profissional, com atualização sobre as novas técnicas profissionais, de conduta. Desta forma o contador deve contribuir para o desenvolvimento e difusão dos conhecimentos próprios da profissão. O respeito pelos colegas deve ser sempre observado.

O assédio moral é desencadeado, segundo Freitas, Heloani e Barreto, por "conduta abusiva, frequente e repetida, [...] que visa humilhar, vexar, constranger, desqualificar e demolir psicologicamente um indivíduo, [...] degradando as suas condições de trabalho, [...] colocando em risco sua integridade pessoal e profissional. " (2008, p.37).

Citando Freitas, Heloani e Barreto (2008), é nas organizações que o assédio moral encontra um terreno fértil para disseminar-se, pois os assediadores estão livres em um ambiente que não delimita suas atitudes, seus comportamentos, sua autoridade e poder sobre os demais. Características da cultura organizacional, muitas vezes utilizada para aumentar os casos de assédio no trabalho, pois a mesma, não possui barreiras de resistências contra essas tendências, que se tornam frequentes e banalizadas aos olhos de quem é assediado e aos de quem assiste ao assédio.

O assédio é uma questão de poder, onde uma pessoa controla ou ameaça outras, de acordo com Wagner III e Hollenberck, tal poder é caracterizado como:

... O poder coesitivo ou de punições baseia-se na distribuição de resultados indesejáveis. O poder coercitivo explora o medo. As pessoas que controlam os resultados indesejáveis conseguem que as outras se conformem com os seus desejos mediante a ameaça de alguma forma de punição. Para influenciar o comportamento de seus subordinados, os gerentes podem recorrer a punições como repreensões públicas, designação para tarefas indesejáveis, descontos no pagamento ou no extremo suspensões, transferências ou mesmo demissões. (2004, p. 275 – 6).

As violências sofridas no ambiente de trabalho estão cada dia mais banalizadas e impregnadas na vida de muitos trabalhadores, dentro e fora da organização, impedindo-os de ter uma vida social e profissional digna. Freitas, Heloani e Barreto dizem que a violência mina a esperança no futuro, desintegra o vínculo social, fortalece o individualismo predador, corrói a cooperação e a confiança, derrota a solidariedade e retira do homem a sua humanidade (2008).

É o mesmo de dizer que se está eliminando a expectativa positiva de uma pessoa confiar em outra, seja por ações, palavras ou decisões. Confiança está diretamente relacionada à familiaridade e risco, ela leva tempo para se formar, ser construída e acumulada. Em estudos recentes foi verificado que há cinco evidências que indicam a base da confiança, são elas integridade, competência, consistência, lealdade e abertura. (ROBBINS, 2004)

Atualmente, há um profundo sentimento de competitividade entre as pessoas, e esse sentimento aumenta a probabilidade de casos de assédio moral dentro da organização, e a cultura é um importante aliado deste veneno na organização, então que tal usá-la para estimular uma organização mais ética? E é o que Robbins (2004), sugere quando afirma que: a força e o conteúdo da cultura de uma organização têm influência sobre o clima e o comportamento ético de seus membros.

A cultura organizacional com maior probabilidade de atingir alto padrão ético é aquela com alta tolerância a riscos, que é de baixa a moderada em agressividade e voltada tanto para os fins como para os meios. Nessas organizações, os administradores recebem apoio para correr riscos e serem inovadores, são desestimulados à competitividade excessiva e prestam atenção não só em quais objetivos foram alcançados, como também na maneira como foram. (ROBBINS, 2004)

Segundo os autores Freitas, Heloani e Barreto, é importante que a organização diga em alto e bom som o que pensa sobre o tema e esclarecer para todos, mediante o código de ética e a cultura, sua postura e comportamento diante à situação, quando esta aparecer. Agir de forma

transparente e usar a informação como remédio deste veneno, que corrói as relações e mantém vítimas de seus companheiros (2008).

## 2.1. DEFINIÇÃO DE ÉTICA E MORAL APLICADA AO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Para falarmos em ética profissional é fundamental explorarmos o surgimento da ética e da moral, dois termos que muitas vezes se confundem. Determinar o surgimento da Ética é tão difícil quanto definir o momento em que o homem começou a viver em sociedade. É correto afirmar que a ética se desenvolveu devido às relações sociais humanas surgidas por meio do comportamento e convívio.

Segundo o dicionário da língua portuguesa, ética é “o estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana suscetível de qualificação, do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente à determinada sociedade, seja de modo absoluto” (HOLANDA,1999, p. 848). Percebemos, por meio de sua descrição, que a ética se fundamenta nas escolhas aceitas por uma sociedade e/ou grupo social analisado.

E ao falarmos de ética, não podemos deixar de invocar os grandes pensadores da Antiga Grécia, os quais foram os primeiros a pensar no conceito de ética de forma associada à ideia de moral e cidadania, conforme afirma Rosiane Rocha.

E qual motivo de associar a ética à vida em sociedade? A resposta é conseguida analisando o período histórico das primeiras discussões, estamos no século IV a.C., período de desenvolvimento das cidades gregas, do surgimento das Cidades-Estados e na época era fundamental criar mecanismos de harmonia, fidelidade e honestidade entre as cidades e entres os indivíduos.

Os principais defensores da ética e da moral foram Sócrates, Platão e Aristóteles. Os três juntos defendiam que a conduta do ser humano deveria ser pautada no equilíbrio, com objetivo de evitar a falta de ética. Pregavam a virtude e a estreiteza moral voltada para a ética.

Sócrates objetivava passar o conhecimento, de forma descontraída em lugares públicos. Era considerado um cidadão exemplar, para ele, virtude são sabedoria e conhecimento. Já o vício é o resultado da ignorância. Para Sócrates, o saber fundamental era o

saber a respeito do homem. Foi autor de duas frases muito conhecidas até hoje: “Conhece-te a ti mesmo” e “Sei que nada sei”.

Platão foi discípulo de Sócrates, e como tal retratou o mestre por diversas vezes. Para Platão a verdadeira realidade só pode ser atingida e verdadeiramente compreendida por intermédio da razão. Afirmava também que o bem é um molde sobre o qual deveria se processar toda a ação humana. Ele entendia que o elemento da vontade do homem deveria estar sempre voltado para o bem.

Para Platão, a cidade é o terreno da vida moral, tendo a ética desembocada na política. Segundo a ética de Platão, as ideias dominantes davam-se de acordo com a realidade social e política da época.

Já Aristóteles ensinava que há três formas de alcançar a felicidade: pela sabedoria, pela virtude e pelo prazer. Ao longo da sua vida escreveu diversas obras, as quais foram perdidas com a perseguição da Igreja Católica.

A ética foi amadurecendo ao longo do desenvolvimento da sociedade, na idade clássica a preocupação era com a conduta humana, com o caráter do indivíduo e com seus costumes, aspectos que receberam o nome de moral, tendo a virtude e honestidade como pilares das ações humanas. Na Idade Média, a Igreja Cristã se encarregou de determinar os aspectos de ética e moral a serem seguidos pela sociedade Ocidental, por meio a tradução das escrituras sagradas, os dogmas da Igreja Católica permaneceram por muitos anos como base para a nova ética.

Na Idade Moderna os dogmas da igreja católica foram colocados em evidência, principalmente pelo Frei Martinho Lutero, por conta da venda das indulgências, ele percebeu que, com o comercio da salvação divina, as pessoas poderiam se confundir e apenas confiar nas indulgências em detrimento da fé em Cristo. O movimento de reforma promovido por Lutero alcançou as camadas mais pobre e grupos abastados da sociedade. Esse movimento de transformação favoreceu para o resurgimento do pensamento filosófico grego-romano, na busca da felicidade pautando-se no equilíbrio e na razão.

A ética é observada em diversas ciências e em todas as sociedades. De forma a contribuir diretamente para as relações sociais que regem os indivíduos pelo globo. Na

sociedade contemporânea encontramos os indivíduos preocupados com o quão ético é o político em uma democracia, o quão ético é o médico em seus experimentos científicos e o quão ético é o cidadão em seu papel mais importante: o de cidadão.

Observamos as relações sociais e nos questionamos: somos inteiramente éticos em nosso cotidiano? Meu semelhante está sendo ético comigo e com seus pares? E os questionamentos são válidos, são aceitáveis. O que não é aceitável é um comportamento amoral, antiético e hipócrita. O que não é aceitável é uma sociedade revestida com a capa punitiva da ética e que não aprende com seus erros, que age com parcialidade.

Decidir quando e com quem ser ético passa longe de qualquer conceito defendido ao longo dos séculos. O conceito ético não deve ser aplicado somente quando é conveniente ou quando não se refere a uma pessoa próxima. Nossa conduta ética e moral devem ser mantidas nas nossas relações com outros indivíduos e principalmente, nas nossas relações profissionais. Mais que carregar as consequências por um ato individual, temos a responsabilidade de transmitir credibilidade para toda uma classe profissional.

O código de ética está presente quase que na totalidade das profissões regulamentadas. Algumas vezes ele pode estar expressamente escrito e em outra profissão ser apenas verbal, sendo fundamental a sua aplicação pelos profissionais. Um exemplo é o profissional contábil, o qual tem que se submeter a diversos normativos legais que versam sobre direito tributário, fiscal, empresarial entre outros, bem como ao código de ética da profissão contábil.

Os códigos de conduta ética têm a responsabilidade de normatizar as relações entre indivíduos da mesma classe profissional, bem como a relação desta com a sociedade. No processo de aprovação do código de ética, este deixa de ser uma norma de orientação ética e passa a ser um instrumento regulador legal, do ponto de vista jurídico. Ao se violar as regras da ética profissional, o infrator, está sujeito à aplicação de sanções administrativas. Tais sanções podem ser advertência, suspensão, dentre outras. Cabe destacar que as sanções administrativas não excluem as possíveis punições civil e criminal.

O poder de regularizar, fiscalizar e aplicar sanções, dos códigos de ética da profissão é derivado do poder regulamentar do Estado, o qual foi delegado aos conselhos de classe. Desta forma vemos que os atos estão emanados de poder impositivo do Estado, e por este mesmo

motivo são revestidos de poder para punir todo e qualquer ato que contrarie as regras de conduta regulamentada pela classe profissional, quando do exercício da profissão.

Cabe salientar, que uma das características dos códigos de conduta, se refere à coletividade. Logo, são elaborados e discutidos com a anuência dos integrantes da categoria profissional. As normas estabelecidas devem ser seguidas e respeitadas por todos os membros. Em muitos conselhos de classe, as diretrizes são colocadas em consulta pública, com vistas para o diálogo entre os integrantes e sociedade. De forma que a formação do código de conduta vislumbra associação de princípios comuns de um grupo profissional.

É importante observar, que apesar de ser realizado com a participação de toda sociedade profissional, o código de conduta muitas vezes não é aplicado por seus integrantes, se o fosse não veríamos tantos profissionais sofrendo sanções disciplinares e criminais. Isso é explicado pelo fato do código de conduta ainda impactar pouco o processo decisório das organizações. Infelizmente, observa-se que o discurso do que é dito, não é certeza do que se faz. Desta forma, fica o questionamento, se há diferenças entre o discurso e a moralidade profissional de uma categoria.

Dito isto, podemos dizer que não são, somente, as políticas impostas pelo código de ética profissional ou organizacional que ditam as ações profissionais e sim um mix de tais práticas com as nossas crenças e princípios moldados pelas relações sociais com família e sociedade. Contudo, nada é determinante, podemos agir em conformidade com a ética profissional e sermos contrários aos nossos princípios ou vice-versa, bem como podemos ponderar sobre as duas bases de consulta.

Busca-se entender qual o papel do código de ética para o profissional contábil, bem como qual a importância do Conselho Federal de Contabilidade como órgão orientador e regulador da conduta profissional. Bem como, o seu papel como instrumento de controle social da conduta profissional vinculadas ao conselho de classe.

No livro *Abordagens Éticas para o Profissional Contábil*, o autor destaca as palavras de Sá Lopes, ao afirmar que a conduta ética tem como pilar a virtude e apresenta as principais virtudes da ética, que são: Prudência, justiça, fortaleza e temperança. O mesmo autor ressalta que a virtude está acompanhada pelos vícios, os quais são ações opostas que contribuem para

a influência e explicitação do caráter humano, como: orgulho, avareza, gula, luxúria, inveja, preguiça e ira.

É importante destacar que a conduta ética está envolta de virtudes e vícios, implícitos aos seres humanos, moldando seu comportamento, pensamento e atitudes de forma que consiga equilibrar as necessidades individuais e coletivas. Cabe destacar que as ações humanas são analisadas e avaliadas em um contexto temporal da evolução social humana.

Observamos diversas teorias para o pensamento ético, estudarmos de forma mais profunda nos deparamos com a Teoria Fundamentalista, a qual acredita que o conhecimento vem de forma externa, não podendo o homem encontrar o certo ou errado por sua conta própria. Temos a Teoria do Utilitarismo, consiste em abordar a conduta ética deve ser alicerçada com critério de maior benefício para a sociedade. A terceira Teoria é a do Dever Ético, na qual o comportamento individual seja com base nos princípios universais. Temos a Teoria Contratualista, podemos observar que nesta teoria predomina a obrigação dos cidadãos em agir de acordo com as regras moralmente aceitas ao convívio social. E por fim, temos a sexta teoria, a do Relativismo, ela acredita que cada indivíduo deva seguir suas próprias convicções acerca do bem e do mal.

Destaque-se que a ética surge como direcionador da conduta do homem, com seus familiares, em sociedade e na vida profissional, contribuindo para que o indivíduo decida entre o bem e o mal, entre o certo e errado. De forma que a sua conduta irá ponderar o senso comum da humanidade.

## 2.2. DESENVOLVIMENTO DA CONTABILIDADE E SEU PAPEL SOCIAL

O ano era 1494, quando o frei Luca Pacioli resolveu escrever sobre o método das partidas dobradas em uma seção do seu livro de matemática. Não se sabe o momento exato do surgimento da contabilidade, há registros comprovados sobre o controle de rebanhos em cavernas, contudo a escrituração em partidas dobradas surge no movimento Renascentista, por volta do ano 1300 d.C. O método era usado pelos comerciantes italianos que exerciam suas atividades negociais na região das cidades de Gênova (Itália) e Champagne (França).

Uma afirmativa que impressiona é o fato do método de partidas dobradas ser utilizado até os dias atuais, com poucas modificações relevantes. O método se desenvolveu, contudo sem perder sua essência: para qualquer débito deve ter um ou mais lançamentos a crédito de igual valor. Tal premissa é aprendida no primeiro dia de aula, nos cursos universitários espalhados pelo o mundo, e aplicada ao longo de toda uma vida profissional.

Desde expansão, pelo Frei Pacioli, o método das partidas dobradas foi se aprimorando em conformidade com a evolução da sociedade e suas novas necessidades de escrituração contábil. No período medieval a sua principal função era o fornecimento de informações aos proprietários, com manutenção do sigilo das contas e sem a exatidão das informações contidas nas contas contábeis. Cabe salientar, que no início não existia uma relação de independências das finanças pessoais e comerciais com o proprietário, ou seja, ainda não estava desenvolvido o conceito de Entidade.

Outro fato interessante era a questão da continuidade e do exercício social, dois conceitos que não existiam, as entidades eram de curta duração ou eram constituídas para um propósito específico, que quando findava eram dissolvidas. Destaque-se que o lucro só era calculado em momento posterior à finalização das entidades, inexistindo o lucro do período.

Em tempo, resalte-se que a escrituração não era realizada em uma unidade de moeda única e estável, sendo as partidas dobradas complicadas para entendimento. Desta forma, o lançamento em livros diários era essencial, por conta do seu caráter descritivo e detalhista, acerca das mercadorias e transações comerciais.

Observamos que muito se evoluiu ao longo dos anos na escrituração, técnicas, usuários e publico alvo. Temos no período do Descobrimento a necessidade de capital, por parte dos navegadores, e necessidade de ouro e especiarias, por parte dos Monarcas. Por meio dos registros históricos observa-se a presença de um Auditor, a bordo das caravelas de exploração às terras d'Oeste.

Os grandes exploradores enfrentavam dificuldades, de ordem financeira, para manterem as explorações, por novos territórios. Na tentativa de suprir sua deficiência por capital desenvolveram a empresa de capital conjunto, assim poderiam receber investimentos de diversas fontes e conseqüentemente repartir o prejuízo e/ou lucro da empreitada. Tais empresas podem ser consideradas como a origem das sociedades por ações, na atualidade.

Com o passar do tempo as liquidações, após cada viagem foram sendo substituídas pela participação ao final de cada ano, tendo em vista que algumas viagens davam prejuízos e os proprietários recebiam direitos para a próxima viagem planejada. Conclui-se que assim, o surgimento dos primeiros dividendos e da participação permanente nas entidades.

O desenvolvimento das sociedades contribuiu muito para o desenvolvimento da contabilidade como instrumento de controle para investimentos atuais e novos investimentos. Percebe-se ao identificar os mecanismos de do Código Francês, o qual entre outros critérios determinava apresentação de Balanço patrimonial ao menos a cada dois anos.

A Revolução Industrial e a sua necessidade por capital, para atender às novas demandas da sociedade, favoreceu para o surgimento dos bancos. Logo em seguida houve a criação da bolsa de valores de Londres e posteriormente da bolsa de Nova York. Para a contabilidade, houve um desenvolvimento direto e indireto, levando em consideração que as fabricas passaram a utilizar mais ativo fixo mecanizado, contribuindo para a importância da depreciação, bem como acerca do aumento por informações gerenciais sobre custos de produção e custos de avaliação de estoques. Cabe destacar que o grande volume de capital demandava a separação entre investidor e administrador, surge assim a figura de Diretor das entidades, cuja principal responsabilidade era gerir a empresa de forma eficiente e eficaz, contribuindo para aumentar o lucro dos investidores sem, contudo, ter uma relação pessoal com a entidade e seus donos. Ressalte que com o surgimento do administrador ficam cada vez mais importantes, as auditorias das demonstrações financeiras.

E com o desenvolvimento das técnicas contábeis observou-se o surgimento da profissão contábil, o guardador de livros, principalmente nas cidades da Inglaterra e Escócia. O numero de contadores registrados só aumentava, ainda mais por conta da aprovação da Lei das Companhias em 1844. Por meio da lei mencionada, passou-se a exigir a publicação de balanços auditados, em momento posterior à presença do contador se tornou obrigatória para os casos de falência. Essas decisões representam as principais atividades desenvolvidas inicialmente pelos contadores.

Outro fato marcante foi a industrialização dos Estados Unidos, a qual foi apresentou um fluxo enorme por capital estrangeiro, principalmente da Inglaterra. Desta forma, era presumido que os contadores autorizados da Inglaterra fossem atuar nos Estados Unidos como

auditores. As principais firmas de auditoria, as consideradas “Big Four” são originárias da Grã Bretanha e Estados Unidos.

Ao longo dos mais de 500 anos, desde a publicação do livro de Pacioli, a contabilidade sofreu modificações menos dramáticas que o resto do mundo. Observa-se uma desaceleração da produção e inovação contábil. Atualmente, os intelectuais da informática tentam reproduzir as ideias medievais, por meio de programas de computador para facilitar aplicação dos lançamentos de débito e crédito, bem como a elaboração e divulgação dos razonetes, balancetes, balanço patrimoniais e as demais demonstrações exigidas na sociedade contábil atual.

O desenvolvimento do mundo moderno contribuiu muito para o uso das praticas contábeis, pois a partir da Revolução Industrial, percebe-se que houve uma crescente no numero de investidores e conseqüentemente de auditores. Pode-se dizer que os últimos 100 anos foi o século da regulamentação financeira. Observamos os diversos códigos comerciais sendo elaborados e difundidos, por países do hemisfério norte, principalmente os Estados Unidos da America e sua preocupação em controlar o fluxo de informações financeiras em contraponto aos milhares de anos em que a contabilidade foi realizada de forma livre.

A regulamentação contábil é sem duvida a palavra de ordem para as conquistas e diretrizes dos últimos anos. Tudo começou nos Estados Unidos, com a regulamentação das companhias de transporte ferroviário. Seu desenvolvimento no final do século XIX se deu principalmente por conta das desapropriações de terra para construção das linhas que cortavam o país, bem como pelo pagamento de dividendos pelo capital empregado como investimento. No inicio os investimentos elevados era realizado na expectativa de lucro futuro, contudo os investidores percebiam que tal retirada elevada levaria à falência das empresas, e quando isso ocorria, as ações tendiam a despencar.

Com objetivo de diminuir os prejuízos dos cidadãos de forma ampla para todo o país, o Congresso americano criou o primeiro organismo regulamentador federal a Interstate Commerce Commission (ICC), em 1887, a qual possuía autoridade de regulação das estradas de ferro. Em 1906, a ICC passou a ter autoridade para estabelecer sistema contábil uniforme para fixação de tarifas, contribuindo para a padronização da escrituração contábil desde então.

Em tempo, ao passo que as companhias de ferro iam se desenvolvendo outros setores também acompanhavam o crescimento, criando verdadeiros monopólios nos setores de petróleo, algodão, linhaça, chumbo, uísque, fósforo, fumo, cobre e equipamentos agrícolas. Os monopólios americanos sofreram uma tentativa de controle, contudo o poder de seus líderes foi mais forte, de forma que a Suprema corte decidiu a favor dos monopólios.

Nesse contexto, temos o surgimento das primeiras organizações de contadores públicos, com profissionais ingleses e americanos. Logo no início, a organização exerceu forte influencia sobre os padrões da contabilidade, determinando a forma de apresentação das contas no balanço patrimonial, de forma a apresentar informação mais relevante aos credores. Bem como, exerceu influencia sobre o imposto de renda.

Por meio da Lei antitruste Clayton, que combatia os monopólios, proibindo a formação de diretorias interligadas, foi criada a Federal Trade Commission (FTC) para fiscalizar o cumprimento dos dispositivos da lei. A Comissão tinha, entre outras atribuições, o poder de investigar quaisquer práticas de restrições ao comércio, bem como o poder de baixar ordens de suspensão e desistência em tais práticas. Em 1914, com a primeira guerra mundial e a abertura do canal do Panamá, criou-se o Federal Reserve Board (FRB), primeiro banco central controlado pelo governo de um país.

Em um curto espaço de tempo os órgãos reguladores perceberam a necessidade da padronização na escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, objetivando o crédito bancário. Desta forma, o FTD sugeriu que o FRB registrasse os contadores aptos a realizar as práticas do FRB e da Comissão. O documento de regulação causou verdadeiro alvoroço no meio contábil, pois não informava acerca da uniformidade da contabilidade relativa às práticas de auditoria. Contudo para os profissionais atuais, o documento é um marco, pois representa a primeira declaração formal de uma prática contábil produzida por contadores americanos. Cabe destacar a importância para a relação da associação de contadores com os órgãos de regulamentação governamental. Em 1929, o texto foi redigido, para apresentar a base oficial das auditorias de empresas listadas na bolsa de Nova York, a partir de 1933.

Em 1929, o mundo e principalmente os Estados Unidos, vivenciaram um ambiente de expansão das atividades das bolsas de valores, provocadas pela volta ao consumo depois da demanda reprimida, causada pela primeira guerra mundial. No curto espaço de tempo, o

crescimento vertiginoso da bolsa de Nova York, presenciou o início da grande depressão. Um período de queda nas ações negociadas, empresas fechando, desemprego elevado, baixa arrecadação de impostos. Na época as empresas foram criticadas, com respingos inclusive sobre os contadores. Em uma dessas críticas, um professor da Universidade de Columbia, atribui a Grande Depressão à concentração do poder nas mãos de poucos e a falta de uniformidade das práticas contábeis, bem como a falta de rigidez dos padrões contábeis.

Após anos de discursos acerca da necessidade de padronização e evidência fidedigna das informações a serem divulgadas, foi criada a Comissão Especial de Cooperação com as Bolsas de Valores, de forma que toda empresa credenciada deveria apresentar suas demonstrações acompanhadas de pareceres de auditores credenciados sob as leis de algum estado ou país, desde que realizados em consonância aos critérios de Verification of Financial Statements, do FRB de 1929.

Com o passar dos anos a padronização dos princípios e normas contábeis se tornaram cada vez mais necessárias para resguardar os investimentos, em um mundo globalizado, dinâmico e integrado. Atualmente, o capital financeiro não tem nacionalidade definida. Sendo fundamental a regulação das práticas contábeis de forma universal, com objetivo de evitar informações dúbias, errôneas e fraudes nos investimentos em outros países.

Todos os mecanismos desenvolvidos nos últimos 100 anos serviram para desenvolver uma contabilidade capaz de promover a comparabilidade, uniformidade, fidedignidade da informação apresentada, para as diversas empresas de um mesmo seguimento em países diferentes e com legislação própria. De forma, que seja possível entendimento universal acerca dos componentes contábeis de uma entidade em determinado país.

Percebe-se que o desenvolvimento da contabilidade, como ciência social, foi moldado nas necessidades apresentadas pela sociedade ao longo dos anos, principalmente frente à necessidade de responder a crises econômicas, sociais e culturais, de um mundo em constante mutação.

### 2.3. CONCEITO DE ÉTICA PROFISSIONAL

No mundo de hoje, os conceitos de ética estão cada vez mais em evidência, tendo em vista a necessidade por uma postura moral na vida profissional e pessoal. As tecnologias do

homem contemporâneo em diminuir distância e fronteiras contribuíram de forma contrária, proporcionando a desmoralização da sociedade de um modo geral. Atualmente, nos deparamos com indivíduos cada vez mais egocêntricos, preocupados unicamente em saciar seus desejos pessoais, mesmo que tais desejos sejam contrários à ética social e profissional do grupo que o cerca.

A profissão contábil por está intimamente interligada à evolução das necessidades da sociedade, por controle, se apresenta cada vez mais preocupada em manter seus profissionais antenados, preocupados e responsáveis na permanência de uma postura ética e moral, para com todos de forma a não prejudicar toda classe.

As discussões acerca da ética contábil se esmiúçam nos padrões de comportamento do contabilista durante o exercício da profissão. Cada profissional deve dominar as técnicas prerrogativas e regras atinentes a conduta profissional.

Por mais impossível que seja ter todos os conhecimentos técnicos, específicos da profissão, a conduta do contador deve refletir suas atividades com maestria, de forma que seu comportamento seja ético com seus pares, clientes e sociedade. A discussão da conduta ética é uma questão muito complexa e ampla, tendo em vista a particularidade de princípios individuais de cada profissional, que podem ser complementados ou colididos com os princípios de um grupo profissional.

Ou seja, não basta ter um código de conduta profissional delimitando e/ou orientado seus profissionais é preciso que tais profissionais vivenciem seus princípios não apenas no ambiente profissional, mais também no pessoal. Alguns autores acreditam que a ética é o exercício da responsabilidade individual, bem como que as profissões devam estar a serviço do social, conforme argumenta Lopes Sá (1996). Para os estudiosos da ética, a qualidade do trabalho está intimamente ligada ao compromisso com a coletividade.

O profissional contábil deve guiar suas ações em conformidade com o grau de responsabilidades que envolvem suas atividades, competências, confidencialidade, integridade e objetividade. Ao falarmos de uma categoria profissional, devemos considerar que os valores e princípios serão ampliados, formatados e regulados por meio dos códigos de ética profissional. Tais códigos servem de modelo, limitadores de condutas, ao qual o profissional se submeterá.

Cabe destacar, que a existência de um código de ética não transforma as pessoas em profissionais melhores. O Código representa um direcionador para o comportamento humano, em suas atividades profissionais. De forma que seja necessário entender e vivenciar seus ensinamentos. Nem sempre o profissional que conhece o código de ética o aplica em sua plenitude, são suscetíveis a cometer pequenas irregularidades, com intuito de auxiliar seu cliente. Ao profissional contábil é exigido constantemente um comportamento ético, tendo em vista que é por meio de suas atividades que terceiros esperam ter informações relevantes e fidedignas, acerca das entidades de seu interesse comercial.

Em um mundo globalizado, com tantos investidores sedentos por informações de onde melhor investir, o resultado do trabalho do contador influencia diretamente nestas escolhas. Por isso, tais profissionais apresentam responsabilidade com a confiabilidade, fidedignidade e integridade das informações contábeis, aos seus principais usuários. A seguir temos os principais problemas que podem ser causados pela quebra de confiança entre contabilista e usuário:

- a) Ao empresário, problemas com as tomadas de decisões baseadas em informações errôneas;
- b) Aos sócios e acionistas, prejuízos na avaliação de seus investimentos;
- c) Aos credores, prejuízos pelo não recebimento de seus direitos;
- d) Aos países, prejuízo pelo não recebimento dos tributos.

Para o contabilista, a ética deve estar alicerçada no código de ética da profissão, de forma que o profissional identifique as situações próprias de suas atividades profissionais com apresentação da resolução de forma clara. Cabe salientar que o código profissional não vai conseguir elucidar todas as situações, às quais o profissional vai se deparar, ao longo de sua vida, contudo, para as situações que não estejam claramente evidenciadas, o profissional deve agir com bom senso, zelando pela honra da categoria profissional.

O código de ética do profissional contábil brasileiro teve início em 1950, por meio do V congresso Brasileiro de contabilidade, contudo foram necessários 20 anos de estudos e aprimoramentos para termos um modelo próximo ao dos dias atuais. Somente em 1970, com a Resolução CFC nº 290/70 que se firmou o primeiro Código de Ética dos contabilistas brasileiros. Ao longo desses quase 50 anos de implementação, o código de ética foi revisto no

ano de 1996 e atualmente se prepara para uma nova versão, mais condizente com o perfil de um profissional contábil internacional, a entrar em vigor a partir de junho de 2019.

O código de ética do profissional contabilista se fundamenta em quatro grandes tópicos de princípios e interesses para manter a integridade da classe profissional, são eles:

- a) Dos deveres e proibições;
- b) Dos honorários profissionais;
- c) Dos deveres em relação aos colegas e à classe; e
- d) Das infrações disciplinares.

Recentemente, o International Ethics Standards Board for Accountants (IESSBA), divulgou o novo código de conduta dos contadores. Destaque-se que os princípios fundamentais da ética não foram alterados, apenas houve uma reestruturação na navegação, facilitando a leitura pelo profissional, acerca da forma como este associado deve lidar com os temas éticos e referentes à independência. O novo código se destaca em:

- Revisão das salvaguardas: provisão melhor alinhada com as ameaças ao cumprimento dos princípios fundamentais;

- Provisões de independência mais robustas relacionadas à longa associação de pessoal com cliente de auditoria;

- Seções novas e revisadas dedicadas aos profissionais da contabilidade e relacionadas a: preparação e apresentação da informação e pressões para a ruptura nos princípios fundamentais;

- Guia claro para contadores na prática pública que contempla provisões para profissionais da contabilidade atuantes no negócio aplicáveis também àqueles;

- Novo guia para enfatizar a importância do entendimento dos fatos e circunstâncias no exercício do julgamento profissional; e

- Novo guia para explicar como cumprir com os princípios fundamentais que suportam o julgamento profissional na auditoria ou nos trabalhos de asseguarção.

Ressalta-se a importância da revisão do Código de Ética do contador, cuja implementação se dará a partir de junho de 2019, representa o fortalecimento de uma plataforma reprojeta para utilização e aplicabilidade global. Observa-se a importância dos princípios fundamentais para todos os profissionais da contabilidade. Por meio da revisão, o código foi renomeado para Código Internacional de Ética para profissionais da Contabilidade.

O conselho da classe contábil se preocupa em difundir as boas práticas contábeis para seus membros, sejam estudantes ou profissionais atuantes no mercado, no trato com clientes, usuários da informação contábil, colegas de profissão, órgãos governamentais. De forma que a fiscalização e a punição sejam eficazes, para os casos, em que a conduta individual contrarie a ética e a moral esperada pela profissão.

As infrações cometidas pelos contabilistas, quando previstas no código de ética do profissional, são apreciadas pela Câmara de Ética e Disciplina dos Conselhos Regionais de Contabilidade, elabora-se um parecer, pelo um conselheiro, o qual é submetido a voto pela Câmara. Depois da votação do parecer a decisão é homologada pelo Tribunal de Ética e Disciplina, que tem autoridade para manter ou reformular a decisão da Câmara.

As penas impostas aos contabilistas têm caráter sigiloso, com exceção dos casos em que a pena está configurada como Censura Publica, não podem ser de conhecimento a terceiros. Uma das maiores premissas da ética profissional é o estabelecimento de um relacionamento, com seus clientes e colegas de classe, baseado em valores como a dignidade, autorrealização e sociabilidade. O profissional deve se preocupar com a qualidade de seu trabalho, primando pela eficiência e eficácia.

O reconhecimento profissional extrapola os limites das conquistas pessoais, alcança toda classe contábil. A tão sonhada valorização profissional depende de competência, dedicação, comportamento e atitudes éticas com toda sociedade. A presença ou não de tais qualidades podem ser determinantes para o fracasso ou sucesso dos profissionais. Cabe destacar que as atividades dos contadores estão intimamente conectadas com a vida social, de forma que uma das responsabilidades é transmitir informações e orientações acerca das transações patrimoniais, as quais se transformam em deveres além da tomada de decisões administrativas.

A confiança é o pilar do profissional contábil com seus clientes, sendo adquirida com base no domínio do conhecimento técnico e na conduta ética. A prática contábil deve ser desenvolvida sempre em observância aos princípios fundamentais de contabilidade e ao código de ética do profissional. De forma que suas atividades possam refletir o cumprimento das regras da sociedade, o atendimento leal aos clientes e o respeito mútuo entre os indivíduos.

Um dos objetivos prioritários da ética é a padronização das ações humanas, com objetivo de minimizar os choques provocados pela convivência em sociedade e no ambiente profissional. É com esse propósito que se originam os códigos de condutas profissionais, e com o contábil não foi diferente. O código contábil busca disseminar o senso de justiça no qual as ações do profissional devem se embasar, objetivando uma sociedade mais justa. Bem como, busca regular as atividades exercidas pelos profissionais contábeis.

Muitos estudiosos argumentam que a ética profissional está atravessando um momento conturbado, tendo em vista a globalização da economia, a busca cada vez mais frequente pelo melhor investimento e a conseqüente pressão aos profissionais contábeis para registro e divulgação de informações confiáveis. Por estes motivos, concordam que a disseminação da ética profissional deve ser iniciada nos centros de ensino, e mantida ao longo de toda vida profissional do indivíduo.

Pegando gancho com a fama do nosso país, de nação corrupta, é essencial aos contabilistas terem a concepção de ética muito bem definida. Mantendo-se atualizado e buscando conhecimento, atitudes que favorecem para uma postura ética, com os clientes e sociedade, tendo em vista que a atualização permitirá a correta aplicação dos princípios contábeis.

Muito se fala em ética profissional como uma característica desenvolvida do meio externo para o interno. Contudo, as características individuais, como o caráter, são parte relevante na aplicação dos princípios éticos. Segundo Lopes Sá (1996), para definirmos um profissional como ético e competente, tal profissional deve ter virtudes básicas indispensáveis. Ele ainda salienta que algumas virtudes são importantes para diversas outras profissões, são elas:

- Honestidade: é uma característica inerente ao indivíduo, a qual determina sua postura em relação ao respeito e a lealdade para com os bens de terceiros.

- Zelo: está intimamente entrelaçado à responsabilidade individual, nas relações de trabalho. O zelo profissional é específico para cada tipo de atividade e prestação de serviços, ofertado ao cliente. Não podendo variar em relação ao tipo, qualidade da tarefa e do cliente. O zelo deve estar presente em todas as atividades desenvolvidas pelos profissionais contábeis.

- Sigilo: a aplicação do sigilo, mesmo sem solicitada, deve ser seguida acerca de todo conhecimento sobre o cliente, tendo em vista que foi confiado ao profissional contábil, determinada informação que, se divulgada, pode prejudicar a reputação do cliente e comprometer a vida profissional do contador.

- Competência: se refere ao conhecimento aplicado de forma adequada e pontual, no desenvolvimento das atividades profissionais. É fundamental ter percepção do conhecimento adquirido no momento de aceitar um novo trabalho. A postura ética também se faz presente no momento de aceitar ou não determinado trabalho.

- Prudência: atitude baseada na cautela e zelo no momento da decisão. Por mais difícil que seja, definir as escolhas como certas ou erradas, por meio da prudência podemos tomar a melhor decisão.

- Humildade: Ser humilde é ter consciência que o profissional contábil não é o dono da verdade.

- Imparcialidade: consiste na virtude incumbida de defender os valores sociais e éticos, da profissão contábil. É a atitude de não tomar partido acerca de determinada atividade profissional, o único dever é com a ética.

Na bibliografia podemos identificar diversas virtudes importantes ao profissional contábil, contudo a ética se destaque em qualquer ambiente profissional. O contador é fundamental em um ambiente dinâmico, com economia mundial que depende de boas e fidedignas informações para se desenvolver.

Ao longo dos anos de trabalho, o profissional contábil pode desempenhar diversas atividades, em posições hierárquicas distintas, por este motivo e visando dar maior

credibilidade às suas escolhas, a ética deve estar presente também no seu processo decisório. As escolhas organizacionais devem ser desenvolvidas com base nos princípios éticos, sendo fundamental para o sucesso organizacional que a cultura da entidade esteja alinhada à ética e moral.

O profissional contábil, no processo decisório, sofre influencia de diversos fatores, entre eles as situações vivenciadas em seu ambiente organizacional, nas relações com seus pares, a influencia da alta administração, as recompensas e o próprio código de conduta da entidade. Há diversos modelos que versam sobre as características dos fatores motivacionais e seu enquadramento dentro das organizações, contudo todos são unânimes em afirmar que as situações vividas, o ambiente organizacional e a éticas são as bases para um processo de escolha integro e em conformidade com a perspectiva que a sociedade espera do profissional contábil.

Em um mundo globalizado e com as fronteiras cada vez mais próximas, as organizações se esforçam para transmitirem valores e princípios éticos aos seus colaboradores. Desta forma, observa-se que no mundo corporativo, a alta gerência tem papel de destaque quando o assunto é aplicação da ética, devendo ser a base de qualquer cultura organizacional.

#### 2.4. CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Muito já se discutiu com acerca das virtudes, comportamentos e princípios norteadores, os quais os profissionais de ciências contábeis devem possuir. A postura ética, muito mais que princípios implícitos aos contadores, está formalizada por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade, aplicada aos profissionais contabilistas. Tais normas possuem força de lei, sendo de responsabilidade dos Conselhos Regionais, com a anuência do Conselho Federal de Contabilidade. As principais normas que regulam a postura do profissional, no exercício das atividades contábeis são:

- NBC PG 100 – Aplicações Gerais aos Profissionais da Contabilidade
- NBC PG 200 – Contadores que Prestam Serviços (Contadores Externos)
- NBC PG 300 – Contadores Empregados (Contadores Internos)

Na NBC PG 100, temos o direcionamento da postura do contabilista, em seu parágrafo primeiro, a norma destaca a importância do profissional em atuar com responsabilidade aos interesses públicos. Bem como, destaca que a norma busca orientar o profissional, para que o mesmo aplique nas seguintes situações:

- Identificação de ameaças ao cumprimento dos princípios éticos;
- Avaliação da importância das ameaças identificadas; e
- Salvaguardas, quando necessário, para eliminar as ameaças ou tentar reduzi-las a um nível aceitável.

As normas apenas auxiliam o contabilista, para que o mesmo utilize o julgamento profissional em suas decisões. Em algumas passagens do texto, observa-se a expressão “deve” configurando que em determinados momentos o que está expresso na Norma deve ser atendido sem ressalvas pelo profissional contábil, a menos que haja exceção aprovada.

Entre os principais princípios éticos esperados pelo contabilista, a Norma destaca:

- Integridade;
- Objetividade;
- Competência e zelo profissional;
- Sigilo profissional; e
- Comportamento profissional.

A definição de cada princípio já foi detalhada em momento anterior do estudo, contudo, é importante destacar que a NBC PG 100 apresenta os princípios como verdadeiras obrigações a serem cumpridas pelos profissionais contábeis.

A NBC PG 200 destaca as orientações acerca dos profissionais contabilistas que prestam serviços, contadores externos. Entre as principais diretrizes, a Norma salienta para as seguintes situações:

- Nomeação de profissionais;
- Conflito de interesse;
- Segunda opinião;
- Honorários e outros tipos de remuneração;

- Divulgação comercial de serviços profissionais;
- Presentes e afins;
- Custódia de ativos de clientes; e
- Objetividade em todos os serviços

Cabe destacar que a Norma enfatiza o caráter consultivo de seus desdobramentos, tendo em vista que, por mais exemplificativa possa ser, haverá situações em que o profissional contábil, se deparará com circunstâncias não elucidadas no texto. Para tais casos, a própria norma, ressalta a importância do julgamento profissional embasado em uma conduta ética.

Na NBC PG 300, o destaque é para o profissional contábil que atua internamente na entidade. A norma pondera acerca das situações que podem colocar a reputação da classe contábil em risco, tais como:

- Conflito de interesse;
- Elaboração e comunicação de informações;
- Atuação com competência suficiente;
- Interesses financeiros, remuneração e incentivos associados aos relatórios financeiros e tomada de decisão; e
- Induzimentos.

A norma versa sobre situações que podem influenciar o contador interno, dentro de uma organização e no mesmo momento comprometer a qualidade do serviço e reputação de toda a classe contábil.

E pensar que agir de forma ética, ainda nos dias atuais, requer um código de conduta. Parece até cômico se não fosse trágico, termos que documentar, regular e fiscalizar a conduta dos nossos profissionais e cidadãos. Chega a ser controverso, ditamos as regras do que se pode ou não fazer, em um ambiente organizacional, no exercício das atividades profissionais, para circunstâncias que deveriam ser a base de todas as relações sociais, profissionais e pessoais.

A ética como disciplina é norte para o profissional contábil, pois busca reduzir possíveis equívocos de caráter individual e demonstra as diretrizes que a sociedade pode

esperar dos contabilistas. Muito mais do que aprender sobre ética, é vivenciar atitudes e comportamentos éticos em toda sociedade.

### **3. METODOLOGIA**

O projeto teve como forma de elaboração a pesquisa descritiva utilizando os estudos descritivos como métodos de aumentar o conteúdo estudado.

A pesquisa descritiva teve como elemento principal a coleta de dados em livros e revistas que falam sobre a ética, ética do contabilista, processo decisório ético, o papel do contabilista na sociedade e a evolução da contabilidade entrelaçada ao desenvolvimento da humanidade. Bem como, análise ao Código de Ética dos Profissionais em Contabilidade.

Não foi adotada nenhuma técnica de entrevistas ou mesmo questionários de pesquisa para exemplificar o conhecimento já exposto.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve como objetivo demonstrar a importância da ética como substância fundamental, do comportamento em sociedade. Focando o estudo nos princípios éticos do profissional contábil e sua significação para desenvolvimento de relações sociais e profissionais mais éticas.

Demonstrar a evolução das práticas contábeis, em conjunto com o desenvolvimento da sociedade, foi crucial para entendimento sobre a importância da contabilidade para todos. Se a contabilidade é importante, pois tem responsabilidade com o interesse social, a ética profissional perseguida por seus membros, solidifica o comportamento esperado pelos indivíduos no exercício das atividades contábeis, seja na administração pública, no trabalho externo ou mesmo no trabalho dentro das entidades.

Uma postura ética e moral é o que se espera de todos, mais principalmente do profissional contábil, tendo em vista sua grande responsabilidade em transmitir informação fidedigna, completa, neutra e livre de viés.

O intuito do trabalho é demonstrar como as atitudes éticas podem melhorar as entidades, as profissões, a sociedade e nós mesmos. O desejo principal é que a ética esteja tão impregnada na cultura dos seres humanos que não precisaremos de um código de ética profissional para cada categoria, para cada organização. Nossas atividades estarão embasadas com princípios aceitos e respeitados por toda sociedade. A principal lição, do presente estudo, é que a ética está presente naquela linha tênue, entre o meu querer e o seu direito.

## 5. REFERÊNCIAS

CARVALHO, Vania Silva de, ALVES, Francisco José dos Santos. Processo Decisório Ético. CRCRJ, Rio de Janeiro, 2014.

EGG, Rosiane Follador Rocha. Ética nas Organizações. Curitiba, 2007.

FERREIRA, Dorothea A. Papel da Ética no Exercício da Profissão Contábil. Capivari – SP, 2013.

FREITAS, Maria Ester, HELOANI, Roberto, BARRETO, Margarida. Assédio Moral no Trabalho. São Paulo: Cengage Learning: 2008.

HENDRIKSEN, Eldon S., BREDA, Michael F. Van. Teoria da Contabilidade. Ed. 5ª. Editora Atlas S.A., São Paulo, 1999.

ROBBINS, Stephen P. Fundamentos do comportamento organizacional: Tradução técnica Reynaldo Marcondes. 7ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da, e Outros. Abordagens Éticas para o Profissional Contábil. Conselho Federal de Contabilidade. Brasília-DF, 2003.

WAGNER III, John A, HOLLENBECK, John R. Comportamento Organizacional – Criando Vantagem competitiva: Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Saraiva, 2004.